



16º Congresso de Iniciação Científica

INCLUSÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA MENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ESCOLA INCLUSIVA

Autor(es)

DANIELE DE PAULA SOUZA

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

Apoio Financeiro

FAPESP

1. Introdução

Neste estudo consideramos que o sujeito deficiente mental incluído na escola regular se constitui à partir dos dizeres do grupo social que o rodeia. Assim, a imagem que os sujeitos compõem de si reflete a imagem que os outros de seu grupo fazem dele. Segundo Góes (2004): "...o deficiente é falado de diferentes modos, nos dizeres coletivos, tendencialmente como o *normal incompleto*, o *imperfeito*." (p. 85). O reflexo dessa imagem é verificado nos próprios sujeitos, conforme nos indica Maffezolli (2004) que evidenciou nos dizeres de sujeitos deficientes mentais, entrevistados em seu estudo, a condição infantilizante que lhes é propiciada pelo grupo social. Os resultados de nosso estudo anterior, em que professores e companheiros de sujeitos deficientes mentais incluídos nas escolas municipais de Piracicaba foram entrevistados, revelaram que as imagens construídas por eles sobre o sujeito traduzem a história social do deficiente mental em nossa sociedade. Esta imagem negativa, certamente, está refletindo na constituição destes sujeitos. Tal posicionamento nos levou a refletir sobre como a formação de professores pode colaborar para a atuação docente reflexiva e competente em situações práticas de forma a acolher a diferença e a diversidade no âmbito educacional. Almejamos discutir questões que relacionem a constituição do pensamento individual e social destes sujeitos. Buscamos também entender como se dá a articulação entre diferenças e igualdades no processo de formação de si mesmo.

Neste raciocínio, consideramos que a criança vai construir as bases para o relacionamento social nas interações sociais. O primeiro grupo social com o qual a criança tem contato é a família, seguido dos grupos de vizinhos e amigos mais próximos e posteriormente do grupo de professores e colegas da escola. Com todos estes grupos a criança vai compartilhando experiências e valores culturais.

É também nestas interações sociais que o sujeito vai desenvolvendo sua identidade ou a imagem de si, ou seja, conforme apontado por Glat (1989) vai construindo sua identidade pessoal incluindo a presença do outro. O grupo social constitui o referencial a partir do qual o indivíduo cria e ajusta a sua identidade pessoal.

Disso decorre que pessoas que não correspondem aos padrões e normas de normalidade do grupo familiar e social em que vivem, terão dificuldades em se enxergar como pessoas pertencentes a este grupo e não poderão se identificar com os seus companheiros, tornando-se assim pessoas marginalizadas/estigmatizadas.

A inclusão da criança especial no chamado ensino regular é um desafio para a educação especial de todo o mundo.

Segundo Monteiro (1997),

...No Brasil, de acordo com a política educacional, está assegurado o ingresso do aluno deficiente em turmas do ensino regular, sempre que possível. Todavia, ainda poucos alunos com necessidades especiais têm tido a oportunidade de freqüentar salas de aula regulares e, mesmo quando esta oportunidade lhes é oferecida, as escolas e/ou profissionais têm poucos recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência desses alunos. A falta desse recurso concorre para a frustração do aluno, de seus pais e sem dúvida, para a marginalização e retirada do mesmo da escola regular. Temos assistido vários esforços por parte das escolas, professores e instituições públicas, no sentido de assegurar este direito aos alunos especiais, mas ainda precisamos de muito mais esforços e estudos para mudar a situação atual... (p. 110).

A capacitação efetiva de docentes para atuar nessa perspectiva inclusiva, que vise o desenvolvimento do sujeito autônomo, tem como finalidade levar esses profissionais a uma constante reflexão sobre sua prática pedagógica, que permita a avaliação permanente dessas práticas e possibilite a troca de experiências e idéias entre os colegas.

Compartilhar experiências é fundamental para a formação continuada em educação, pois somente os conhecimentos teóricos não bastam. Sendo assim, torna-se fundamental a participação do professor nas mudanças sociais, como agente de formação e não apenas como transmissor de conhecimentos, cabendo-lhe aprimorar-se pessoal e profissionalmente.

Os dados apresentados no estudo evidenciam a necessidade de um maior aprofundamento nos estudos sobre a formação de professores que considerem suas experiências na prática pedagógica e que promovam reflexões relativas às suas concepções sobre deficiência e sobre o processo de ensino-aprendizagem na diversidade.

2. Objetivos

Este estudo por objetivo colaborar para a formação de professores para uma escola inclusiva uma vez que identificamos, através de entrevistas realizadas em estudo anterior, que alguns professores revelaram concepções e imagens sobre o sujeito deficiente mental que indicavam falta de preparo para acolher a diferença e a diversidade no âmbito educacional. Fundamentados na abordagem histórico-cultural acreditamos que é necessário uma mudança nas concepções dos professores e daqueles que atuam junto aos sujeitos deficientes para garantir a estes alunos a oportunidade de aprender. Se os sujeitos se constituem à partir dos dizeres do grupo social que o rodeia, é evidente que uma concepção negativa, de descrédito do sujeito deficiente vai prejudicar a constituição da significação de si e, conseqüentemente, vai estabelecer uma barreira para a aprendizagem e inclusão escolar.

3. Desenvolvimento

O estudo foi desenvolvido junto aos professores e funcionários de uma escola da rede municipal, de ensino

infantil, da cidade de Piracicaba.

Os dados foram construídos através da gravação dos dizeres de professores e funcionários durante grupos de reflexão que foram realizados mensalmente na escola regular freqüentada por alunos diagnosticados como deficientes mentais. Nos grupos foram discutidos temas relacionados à história da deficiência, formação de concepções e possibilidades de desenvolvimento destas pessoas.

As reuniões foram gravadas e transcritas e os dados analisados a partir da organização por temas abordados e por concepções de sujeito e de deficiência identificadas. Foram também abordados temas referentes às dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos professores e funcionários das escolas e imagens transmitidas aos demais alunos.

O estudo tomou como base uma perspectiva teórico-metodológica histórico-cultural, uma vez que esta permite a análise qualitativa e a compreensão do processo social de constituição do sujeito possibilitado pela linguagem. Além disso, consideramos que a pesquisa desenvolvida neste enfoque permite o entendimento da relação entre o funcionamento mental humano e os contextos culturais, históricos e institucionais (WERTSCH, 1998).

O pesquisador é considerado parte integrante da pesquisa uma vez que sua compreensão dos fenômenos se constrói a partir do lugar que ocupa e das relações que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa. Busca-se assim, no processo de pesquisa, a oportunidade de reflexão e ressignificação do pesquisador e pesquisado.

4. Resultado e Discussão

Medo em relação à chegada do aluno especial:

Quando estimuladas a se apresentarem e dar um breve depoimento de como foram ou são suas experiências com alunos que apresentam necessidades especiais, praticamente todas, expressaram grande receio ao saber que teriam uma criança especial em suas salas de aula, especialmente, porque relatam que nenhuma delas teve preparo adequado pra tal função e dessa forma, não sabiam como conduzir o aprendizado e promover o desenvolvimento das crianças. A seguir são apresentados alguns trechos extraídos das transcrições que revelam a insegurança e a falta de preparo revelado pelos professores.

Desconhecimento do papel do professor na aprendizagem do aluno especial

Temos convicção de que o professor é uma peça muito importante no conjunto que movimenta todo o sistema educacional. Nesse sentido, é fundamental que o professor da escola regular seja devidamente capacitado para receber esse novo alunado que está chegando à escola, pois “juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola cumprindo seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento” (PADILHA, 2004, p. 96).

A partir da análise dos dizeres dos professores e da observação da dinâmica escolar em que se insere a aluna L., pode-se inferir que o papel do professor está pautado na posição de “cuidador” da aluna, já que, a satisfação de suas necessidades básicas é colocada como mais ou tão importante quanto à aprendizagem em sala de aula. Atitudes como: dar banho, dar comida, evitar que a aluna saia do campo de visão da professora, pegar no colo, entre outras, aparecem como atividades diárias realizadas pelas professoras e estagiária, o que acaba desviando o foco da inclusão.

Incompreensão sobre o papel do estagiário (monitor) no auxílio da aprendizagem do aluno especial

O papel do estagiário, a partir do que é relatado nas reuniões e por observações da rotina escolar, parece ser o de acompanhante exclusivo da aluna portadora de necessidades especiais. Sua função, a princípio, seria a de dar auxílio em alguma circunstância em que a professora necessite. Entretanto, o que se vê, é a estagiária fazendo as atividades com e para a aluna, em grande parte do tempo, enquanto a professora transmite o conteúdo aos demais alunos. Então se a aluna precisa de alguma ajuda extra ou mais direcionada, a estagiária o faz.

Atribuição das dificuldades da criança à não aceitação do déficit pela família para com a criança especial

Após identificarmos que um dos temas de interesse dos professores era a família, levamos para a reunião

um documentário intitulado “Depoimento de pais sobre o nascimento de um filho deficiente” que se baseia em depoimentos de pais de crianças com diagnóstico de Síndrome de Down. O documentário mostra pais falando sobre seus sentimentos em diferentes momentos de vida de seus filhos: o diagnóstico, a reação da família e amigos, a escola, a perspectiva para o futuro, entre outros e teve como propósito abrir a discussão sobre o tema.

A discussão que se seguiu demonstra como os professores atribuem às famílias as dificuldades das crianças e consideram que a aceitação do déficit por elas é o ponto de partida para qualquer trabalho com a criança.

Falta de subsídios para atender as necessidades de um aluno especial.

O argumento mais recorrente presente nas falas do grupo é a necessidade que as professoras têm de obter subsídios, pedagogia, técnica e prática de como trabalhar, em todos os aspectos, com crianças portadoras de necessidades especiais. Demonstram-se carentes de tal competência e manifestam o desejo de terem apoio para enfrentar o desafio de educar tais crianças.

5. Considerações Finais

Os resultados mostraram que os professores sentem que não estão preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio.

O conjunto dos dados sugere que os professores tendem a analisar os problemas como decorrentes da própria deficiência e ainda não conseguem perceber como podem ajudar para promover o desenvolvimento da criança. Essa maneira de conceber questões relativas ao processo de desenvolvimento dos alunos não facilita a percepção do papel mediador que desempenham no processo de aprendizagem do mesmo, bem como a compreensão da determinação social da deficiência.

A formação implica um processo contínuo, o qual, segundo Sadalla (1997), precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem. Para a autora, o professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, atingindo, desse modo, o próprio indivíduo que tenha necessidades especiais.

Perceber-se no papel mediador implica tomar a própria ação como objeto de reflexão. Através da reflexão os professores poderão perceber como e porque agem do modo como agem. Isso possibilitará um maior grau de consciência sobre o próprio agir e, conseqüentemente, maior possibilidade de transformar a própria ação.

Referências Bibliográficas

GÓES, M. C. R. Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman (orgs). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 69 – 91.

MAFFEZOLI, R. “Olha, eu já cresci”: **A infantilização de jovens e adultos com deficiência mental**. Piracicaba, 2004. Dissertação de Mestrado

MONTEIRO, M. I. B. A interação de crianças com Síndrome de Down e outras crianças na pré-escola comum e especial. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo, 1997, p. 109-112

WERTSCH, J. V. A necessidade da ação na pesquisa sociocultural. In: WERTSCH, James V; RIO, Pablo del; ALVAREZ, A. *Estudos Socioculturais da mente.* Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul Ltda., p. 56-71, 1998.